

Migrantes Brasileiros no Espaço Global: Reflexões para a Construção de Políticas Sociais Transnacionais

～ブラジル人移住者とグローバルな社会空間：
越境的な社会政策の可能性の検討～

Edson Urano

要 旨

グローバルな労働市場の再編によって構造化された、ラテンアメリカ人労働者の移動過程がはじまってから早くも20年以上が経っている。移住過程は、日本人移住者のUターン、二重国籍保持者の出稼ぎによりはじまった。日系三世の日本への入国・生活を可能にした1990年6月の出入国管理法改正は、積極的な移民政策ではなかった。しかし、90年代に二国間に存在した社会経済的諸条件に支えられ、ラテンアメリカ人の日本への移住過程は一気に加速した。母国では旅行業者、日本では請負業者が軸となり、斡旋・雇用システムが構築されていった。2000年代には、派遣・請負といった間接雇用のもとで在日ブラジル人たちは雇用され続け、現在も労働市場での位置づけが改善されないまま彼・彼女たちの定住化が進んでいる。在日ブラジル人は、日本における労働市場での位置づけ、教育、社会保障問題において、次世代も含めて日本社会の底辺に固定化されるといった難関に直面している。

アウトソーシング市場の拡大、生産のフレキシビリティを追求する企業は、フレキシブルな労働力利用を多様化している。2004年の労働者派遣法改正施行は、生産現場への労働者派遣を解禁することで「偽装請負」を阻止し、アウトソーシング市場の是正を目指したはずだったが、流動化が一段と進んでいる。請負業者の派遣事業への参入、派遣業者の請負業への参入など、新たな競争過程を生み出しつつある。不安定雇用の拡大と社会保障の強化を両立させることは、現制度では不可能であるし、パラドックスでもある。不安定雇用にゆさぶられる家庭が、社会保険、国民健康保険に継続的に加入することは至難のわざである。現在、世界同時不況と派遣法の改正による「2009年問題」が、ブラジル人を含む非正規労働者の

雇用に二重の打撃を与えつつある。

越境的な空間で生活する移住者の現状は、雇用・社会保障などの分野で新たな枠組みの形成を求めている。二国間協定の締結、脱退一時金制度の拡大、グローバル・ユニオニズムの実現は、トランスナショナルな要素を「制度」に反映するであろう。地域レベル、国レベル及び日本・ブラジルの二国間において、移住者の生活を支配している越境的な動態への対応は避けて通れない課題である。新たな「市民」への「市民権」を保障しうる政策枠組みの発展は、今後の重要な課題であるに違いない。

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir e analisar as perspectivas e possibilidades de construção de políticas sociais em dois campos, o do mundo do trabalho, e da questão previdenciária, partindo da realidade que o migrante brasileiro tem enfrentado no país receptor, o Japão, e também ao retornar ao Brasil. O argumento principal é o de que o processo migratório dos brasileiros ao Japão tem uma natureza transnacional, e que as políticas sociais também precisam refletir e ser construídas tendo em mente este aspecto para que tenham efetividade. É natural que programas como os de seguridade social tenham sido originalmente desenhados tendo como base e limite as fronteiras sociais, políticas e culturais de cada país. Contudo, a crescente fluidez de bens, capitais e pessoas em termos globais tem trazido cada vez mais a necessidade de mecanismos regulatórios e políticas que transcendam as fronteiras nacionais. Passados mais de 20 anos desde o início deste processo migratório dos brasileiros ao Japão, o desafio que se coloca é o de se costurar esquemas de suporte, *safety nets*, que permitam um futuro “auto-sustentável” para a vida resultante desta travessia. Travessia essa feita, muitas vezes, no fio da navalha, entre dois países tão distantes.

Transitoriedade e Permanência

O que no início, em meados da década de 80, parecia ser um processo migratório temporário, tanto em termos dos planos e expectativas dos migrantes brasileiros rumo ao Japão, assim como por parte do país receptor, transformou-se, de um lado, em um processo transitório, ambíguo, com pessoas num movimento recorrente entre o Brasil e o Japão, e de outro, resultou na formação de uma comunidade “estável” no Japão, que hoje representa um contingente de 316 967 pessoas¹. Hoje, a população brasileira representa 14.7% da população estrangeira no Japão, de um total de 2152973².

Em mais de 20 anos desse processo migratório, à semelhança do que ocorreu com as correntes migratórias de mexicanos para os Estados Unidos, de indianos para a Europa, e de tantos outros, um espaço social peculiar, que não é somente Brasil, nem somente Japão, estruturou-se ao longo do tempo. Um espaço social diverso, em que certos vetores, certas forças, movem as pessoas de volta ao Brasil, e outras as motivam a se aventurarem em terras nipônicas. Transitoriedade e permanência se entrelaçam na mente, nos corações, na vida destes brasileiros.

A Legalidade e suas Implicações

Ao compararmos o caso dos brasileiros no Japão com a realidade das comunidades brasileiras de outros países pelo mundo afora, precisamos atentar para uma peculiaridade importante: a grande maioria pode viver legalmente no país, o que inclui brasileiros *nikkeis* de segunda e terceira gerações, seus filhos e cônjuges, graças à reforma da lei que regula a entrada e saída de estrangeiros (em forma abreviada, *Nyukan Ho*) em 1990. Com direito à renovação de seus

1 Fonte: Relatório do Departamento de Imigração do Ministério da Justiça do Japão, dados relativos ao final de 2007 <http://www.moj.jp/PRESS/080601-1.pdf>

2 Op.cit.

vistos sem limites de tempo, os migrantes têm grande facilidade para transitar na ponte aérea Brasil-Japão. Isto, combinado à subordinação destes trabalhadores à lógica de um mercado de trabalho periférico extremamente instável no país receptor, tem sido determinante para a constituição de um mercado de trabalho transnacional, em que a atuação de intermediários, agenciadores, empreiteiras e redes sociais dos migrantes tem tido um papel fundamental. Com o incessante esforço de enxugamento dos processos de produção e de seus custos, formou-se um mercado de trabalho transnacional no qual prevalece a instabilidade empregatícia através de empreiteiras, agências de empregos e produção flexível nas fábricas³. Concomitantemente, uma gama de serviços tem se estruturado em torno desse movimento. Fluxos financeiros gerados pelos migrantes e serviços bancários especializados para os mesmos; escolas brasileiras, cursos universitários à distância, a mídia étnica. Tudo isso tem gerado, ao mesmo tempo, uma série de oportunidades e também a necessidade de programas especiais para demandas sociais específicas que possam dar conta desse complexo espaço social transnacional.

Para o propósito deste artigo, é importante ressaltar que o status legal para a permanência no Japão é um elemento chave para pensarmos sobre a viabilidade das políticas sociais. Em termos trabalhistas e previdenciários, os brasileiros possuem os mesmos direitos que os japoneses, pois a aplicação das leis trabalhistas é universal. Cabe questionar porque questões como o respeito às leis trabalhistas, a inscrição no seguro social, não tem se concretizado de uma maneira mais abrangente. E também atentar para o fato de que, de certa maneira, com a legalidade, as condições básicas para inscrição dos brasileiros no *Shakai Hoken*, o seguro social japonês, e para a costura de acordos como o previdenciário entre o Brasil e o Japão estão,

3 Kajita, T., Kiyoto Tanno, Naoto Higuchi, Kao no Mienai Teijuka (Invisible Residents Japanese Brazilians vis-à-vis the State, the Market and the Immigrant Network), Nagoya Daigaku Shuppankai, Nagoya, 2005.

em certo grau, dadas.

Este trabalho é uma tentativa de apontar algumas possibilidades e discussões em relação a estes problemas, à luz do que a realidade empírica nos traz, realidade essa captada através de pesquisa de campo realizada pelo autor, com dezenas de depoimentos colhidos ao longo de mais de 10 anos de atividades junto à comunidade brasileira no Japão em regiões como a província de Aichi, Gunma, Mie e Miyagi, e também no Brasil.

Migração, a falta de uma política migratória e a formação de espaços sociais transnacionais

Começaram a surgir em meados da década de 80⁴, movimentos de retorno dos migrantes japoneses e seus filhos com dupla nacionalidade para o Japão, como forma de fugir da ‘década perdida’ brasileira em direção ao Japão, país esse que também sofreu com a estagnação econômica na década de 90.

Este processo foi impulsionado posteriormente pelas reformas na Lei que controla a entrada e saída de estrangeiros em junho de 1990, que tornaram possível o ingresso de descendentes de japoneses de até terceira geração no país. Para que isso ocorresse, houve uma considerável pressão de natureza social, política e econômica. A economia japonesa, embora já a sentir efeitos do estouro da bolha econômica em 90, continuava a carregar, principalmente nas pequenas e médias empresas do setor industrial, uma falta crônica de oferta de mão-de-obra não-qualificada. O Japão, diferentemente de países como a ex-Alemanha Ocidental e a França, por exemplo, seguiu adotando uma política restritiva em relação à entrada de trabalhadores estrangeiros para viabilizar seu forte crescimento econômico nos 60, 70 e 80. Com a reforma legal que abriu a brecha para os *nikkeis* (descendentes de

4 Fujizaki, Y. Dekasegi Nikkei Gaikokujin Rodosha, Akashi Shoten, 1992.

japoneses) e para os *ginno jishshu sei* (estagiários), atendeu-se à pressão de grupos organizados de empresários sem desmontar o cerne desta política restritiva⁵, além de atenuar o crescimento do número de migrantes ilegais. Setores políticos governistas também se mobilizaram no sentido de viabilizar a entrada dos descendentes de japoneses, os *nikkeis*, no país⁶. Constituíram-se grandes concentrações populacionais, principalmente nas cidades industriais que abrigam as montadoras da indústria automobilística e de eletroeletrônicos. Um exemplo é a cidade de Toyota, na província de Aichi, que abriga a empresa do mesmo nome, assim como a indústria de autopeças a ela conectada. Outro setor que concentra trabalhadores brasileiros é de eletroeletrônicos, mas a presença destes trabalhadores tem se generalizado para outros setores da sociedade e por todas as províncias, principalmente nos empregos temporários e de contrato indireto, via empreiteiras.

Sistema de entrega *just-in-time* de trabalhadores brasileiros

Uma combinação de fatores como a falta de estrutural de mão-de-obra nos setores manufatureiros, medidas legais catalisadoras do movimento migratório e a falta de uma política migratória definida deram origem ao sistema migratório entre o Brasil e o Japão em que agências de viagens e empreiteiras, além da rede informal de trabalhadores e familiares tem tido um papel central. Este sistema tem fornecido a força de trabalho dos migrantes brasileiros ao mercado de trabalho periférico japonês. No início dos anos 90, ainda havia uma tendência parcial, por parte de algumas companhias japonesas, de se contratar diretamente os brasileiros, mas, atualmente, a grande maioria é

5 Mori, K. *Gaikokujin Rodosha no Rekishiteki Iso*, Shakai Seisaku Gakkai Nenpo Vol. 38, Ocha no Suishobo, p33, 1994.

6 Nojima, T. (1989) *Susumetai Nikkeijin no Tokubetsu Ukeire*, Gekkan Jiyu Minshu, Outubro, pp.92-99, 1989.

contratada indiretamente através das empreiteiras. Esta utilização tem sido associada aos usos flexíveis do trabalho. A flexibilidade do sistema produtivo tem sido enfatizada como uma das fontes da competitividade do sistema de produção japonês. E sistemas produtivos flexíveis requerem o uso flexível da força de trabalho. A flexibilidade é alcançada através do uso de diversos tipos de contratos de trabalho e determinação flexível da jornada de trabalho. As empreiteiras e as agências de emprego temporário têm incrementado seu papel no sistema produtivo japonês como um dos instrumentos para garantir tal flexibilidade. A força de trabalho brasileira está inserida neste contexto de uma forma significativa, e o mercado de trabalho destes migrantes continuará sendo fortemente atrelada a este tipo de relação empregatícia.

Estudos publicados por Higuchi e Tanno analisaram a importância da estrutura institucional de empreiteiras e *brokers* para compreender a continuidade dos fluxos migratórios de brasileiros para o Japão. Para eles, o emprego dos brasileiros está estruturalmente ligado ao mercado de trabalho periférico japonês. Apesar do processo de substituição de trabalhadores brasileiros por mulheres japonesas e idosos em setores como o da indústria de autopeças, a migração dos brasileiros tem se mantido. Um ponto importante que explica esta continuidade é o deslocamento de empreiteiras para setores com menores salários e valor agregado dentro do mercado de trabalho periférico. Além disso, o emprego dos brasileiros através desse sistema de intermediação, tem tornado possível a entrega just-in-time de trabalhadores brasileiros para o mercado periférico japonês⁷.

Embora o país tenha tratado de garantir a estruturação de um novo canal de captação de mão-de-obra, é importante frisar que isto não

7 Higuchi N. e Tanno K. *What's Driving Brazil-Japan Migration? The making and remaking of the Brazilian Niche in Japan*, International Journal of Japanese Sociology, No. 12, 2003.
Tanno, K. *Transnational Employment Systems and Migrant Workers in Japan*, University of Tokyo Press, 2007.

representou necessariamente uma política migratória. E até hoje, embora seja patente o processo de fixação de parte dos brasileiros e outros estrangeiros à sociedade japonesa, órgãos do governo central dificilmente os reconhecem, os admitem formalmente como imigrantes, pois trará em seu bojo a necessidade de políticas consistentes de integração destes migrantes a nível nacional. Ao pensarmos nas possibilidades de políticas sociais, inevitavelmente nos deparamos com esse paradoxo. Para que haja um avanço das políticas públicas, existe a necessidade dessa revisão de natureza “conceptual”, que gere um maior engajamento por parte do governo japonês na adoção de medidas de cunho nacional para a integração dos mesmos à sociedade.

Em relação à língua pode-se dizer o mesmo. É inegável o aprendizado da língua do país receptor para melhor se adaptar à sociedade. Mas não devemos esquecer que, embora grande parte dos brasileiros que aqui se encontram seja descendente de japoneses, passados 100 anos desde que se iniciou o processo migratório dos japoneses ao Brasil, aqui se encontram, naturalmente, antes de tudo, **brasileiros**, e que tem como língua materna o português. Portanto, pensar no japonês como um critério para a seletividade dos brasileiros é um paradoxo, pois não temos antecedentes históricos de termos sido colônia do Japão, para que haja uma *rationale* para a aplicação deste tipo de critério. Este paradoxo se torna mais profundo, ao levarmos em conta todas as iniciativas de convivência multicultural (*tabunka kyosei*) dos governos locais, expressão que tem dominado grande parte da discussão sobre a “integração” dos estrangeiros neste país (vide nota de rodapé número 13, na página 11). Neste sentido, este processo migratório não possui as mesmas nuances como, por exemplo, da Índia e das Filipinas, que tem gerado fluxos migratórios para diversas partes do globo, tendo o inglês como uma “vantagem comparativa” de sua população, vantagem essa alicerçada na herança lingüística advinda de seu passado colonial.

Num momento em que a sociedade japonesa, o empresariado japonês tem se movimentado no sentido de introduzir mais mão-de-obra estrangeira no Japão⁸, com a introdução de trabalhadores de países do leste asiático (Filipinas, Tailândia, Malásia e Coréia do Sul), associadas à formação da área de livre comércio do Japão com esses países, uma análise mais profunda do movimento migratório e das formas de incorporação dos brasileiros no Japão é importante também para se dimensionar até que ponto o país está preparado para acolher novas correntes de trabalhadores estrangeiros, tendo em vista a inclusão/exclusão social dos estrangeiros em uma perspectiva de longo prazo, já que mesmo no caso da comunidade coreana, presentes na sociedade japonesa há muitas décadas, não se pode dizer que esteja completamente integrada.

Faist⁹ tem definido os espaços sociais transnacionais como resultantes de combinações de laços, simbólicos e sociais, posições em redes e organizações e redes de organizações que podem ser encontradas em pelo menos dois locais geográfica e internacionalmente distintos. Outra importante característica é que tais espaços são desterritorializados, ultrapassam as fronteiras das nações-estado através de redes de pessoas e instituições. Ao mesmo tempo, estas redes pessoais e institucionais desterritorializadas viabilizam uma circulação de bens e pessoas através de diferentes países¹⁰. O sistema migratório dos brasileiros ao Japão tem como eixo a atuação de agentes de viagens, empreiteiras,

8 Nippon Keidanren, *Interim Recommendations on Accepting Non-Japanese Workers - Bring Dynamism of Diversity into Japan by Opening Doors to Transnational Human Resources*, 2003.

Nippon Keidanren, *An Economy and Society that Responds to the Challenges of a Declining Population*, 2008. <http://www.keidanren.or.jp/english/policy/2008/073.html>

9 Faist, Thomas, *Economic activities of migrants in Transnational Social Spaces, in Minorities in European Cities*, Sophie Body-Gendrot and Marco Martiniello(Ed.), Centre for Research in Ethnic Relations, University of Warwick, p.13,2000.

10 Tsuda, T. *Strangers in the Ethnic Homeland - Japanese Brazilian Return Migration in Transnational Perspective*, Columbia University Press, New York, 2003.

laços sociais e familiares, além de uma gama de serviços como a mídia étnica, comércio de produtos alimentícios, serviços de telefonia, serviços bancários, principalmente em centros com alta concentração de populacional de brasileiros em cidades como Toyota (Aichi), Hamamatsu (Shizuoka), Oizumi (Gunma). Jornais étnicos como o *International Press*, revistas de anúncios gratuitos como o *Alternativa* e a *Folha-E* tem concretizado a circulação da informação dentro da comunidade, funcionando como ponto de intersecção do mercado de trabalho através de seus classificados. O canal de televisão da *International Press TV*, que retransmite programas de televisão brasileiros e também grades com noticiários traduzidos dos jornais japoneses e também reportagens de dentro da comunidade brasileira, tem acelerado ainda mais este processo de circulação da informação. O desenvolvimento de serviços de telefonia internacional, como a *Brastel*, entre outros, tem reduzido significativamente os custos de comunicação entre os dois países. No caso desta companhia, sua influência na comunicação internacional tem extrapolado as fronteiras da comunidade latino-americana, sendo utilizado por diversas comunidades estrangeiras no Japão, ao conectar os residentes no Japão, através do sistema de *call-back*, com mais de 240 países¹¹. Uma circulação bastante ativa de bens, pessoas, símbolos, tem se formado entre os dois países. É notável também, como já foi citado inúmeras vezes em textos acadêmicos e jornalísticos, o volume de recursos financeiros que os migrantes brasileiros enviam para o Brasil todos os anos.

A importância de se considerar a questão da formação dos espaços sociais transnacionais está no fato de que visões locais não parecem ser suficientes para abarcar a complexidade do processo migratório e das necessidades destes indivíduos. Como bem observa Sassen sobre

11 Segundo Vertovec, o barateamento das ligações telefônicas internacionais tem ajudado na manutenção de laços sociais, assim como a fomentar o processo migratório através do fluxo de informações e diminuição do stress causado pela distância entre membros das famílias. Vertovec, S. *Cheap Calls: the Social Glue of Migrant Transnationalism*, *Global Networks* 4,2, 2004.

os processos transnacionais, “Esta localização do global, ou do não-nacional, em territórios nacionais minam a dualidade chave corrente em muitos dos métodos e esquemas conceituais prevalentes nas ciências sociais – de que o nacional e o não-nacional são duas condições mutuamente exclusivas”¹². Isto possui implicações também no nível das políticas sociais, pois políticas calcadas em visões locais correm o risco de não serem eficazes justamente por não abarcarem a complexidade do problema a ser trabalhado.

No caso japonês, a inexistência de uma política migratória estruturada fez com que os atores principais na elaboração de políticas públicas para estrangeiros fossem as prefeituras, principalmente das cidades em que a concentração de estrangeiros é grande¹³.

Famílias Transnacionais

Sinais de uma fixação um tanto quanto ambígua dos brasileiros podem ser notados, por exemplo, através do aumento do número de vistos permanentes. Contudo, em termos de planejamento do movimento migratório a nível familiar, a obtenção deste visto não significa necessariamente uma decisão de estada definitiva no Japão.

12 Sassen, S. *Cracked casings – Notes towards an Analytics of Studying Transnational Processes in* Ludger Pries (ed.), *New Transnational Social Spaces*, Routledge, London and New York, 2001.

13 Yamawaki, ao fazer uma análise dos tipos de políticas adotadas pelos governos locais em relação aos estrangeiros, dividiu-as em três tipos: as que se centram na defesa dos direitos humanos (*jinken-gata*), mais ligadas às reivindicações dos *Zainichi* coreanos, ditos *old comers*, por exemplo, a cidade de Osaka; os que promovem a integração (*togo-gata*) e os que possuem uma agenda voltada para os estrangeiros *new comers*, os que passaram a vir ao Japão a partir da década de 80 (*kokusai-gata*), em que se incluem também os brasileiros. Uma peculiaridade deste último grupo de prefeituras, é que possuem uma associação (Gaikokujin Shuju Toshi Kaigi), ou seja, ligações laterais para troca de informações, reuniões anuais, etc.

山脇啓造 「地方自治体の外国人施策に関する批判的考察」、『明治大学社会科学研究所』ディスカッション・ペーパーシリーズ、No. J-2003-10.

Vide também <http://homepage2.nifty.com/shujutoshi/gaiyou.html>

Nas investigações de campo que tenho realizado, deparo-me com muitos entrevistados que possuem hoje o visto permanente, mas indagados se isto significava um plano de estada definitiva, a resposta foi muitas vezes indefinida ou de que seria para fugir dos periódicos trâmites burocráticos a que estão sujeitos os outros tipos de visto. Embora valha lembrar que, muitas vezes, o desejo manifesto pelos migrantes corra na direção oposta aos processos sociais efetivamente em curso.

O casal Davi e Janete¹⁴, naturais do estado de São Paulo, residentes na cidade de Okazaki, Aichi, entrevistados em janeiro de 2004, vive no circuito Brasil-Japão desde 1990. Primeiro o marido, depois o casal veio ao Japão, e tiveram experiências de trabalho em construção civil, fábrica de pneus, fábrica de macarrão instantâneo, autopeças, entre outros. Para este casal, que tinha conseguido o visto permanente há 6 meses, o maior motivo para terem este visto era para que seu filho, que é de quarta geração, pudesse ter um visto de descendente de terceira geração, o que lhe permite ter um visto sem restrições quanto as suas atividades profissionais e de estada no Japão. Contudo, os planos para o futuro são difusos. O casal gostaria de montar uma farmácia no Brasil, mas não possuem experiência anterior nesta atividade. Gostariam também que seu filho, hoje com 15 anos, fizesse uma faculdade no Brasil ou no Japão. Expressaram também a vontade ir a outro país, como Estados Unidos, Europa ou Portugal.

Ao focar a análise nos indivíduos e famílias, também podemos perceber a formação de esquemas transnacionais de migração, em que diferentes membros de familiares formam laços de solidariedade residindo em países distintos para atingir objetivos de médio e longo prazo. Um caso bastante interessante é o da família Nihei, entrevistado pelo pesquisador na província de Okayama e também na cidade de Guaíra, no Paraná.

14 Todos os nomes dos entrevistados utilizados neste texto são fictícios.

Augusto Nihei foi para Okayama, em 1993, junto com seu irmão, através de uma agência de viagens sediada em Maringá, Paraná, que tinha conexões com a empreiteira Nippak, objeto de um estudo de caso do pesquisador.¹⁵ Na ocasião, sua irmã mais nova, que já se encontrava empregada na mesma companhia, apresentou-os à empresa, deu suporte financeiro e assistência para iniciar a vida no Japão. Augusto partilha com seu irmão todas as despesas de casa e agora dá suporte a esta irmã, que retornou ao Brasil e hoje vive com seu marido e dois filhos em Guaíra. O casal começou um pequeno negócio de design e impressão de adesivos para múltiplos usos. Para expandir seu negócio, o casal necessitava de uma máquina de impressão e corte de adesivos que custava 30 000 dólares. Este aparelho foi financiado através do trabalho dos irmãos Nihei, que trabalham em uma fábrica de autopeças. A expectativa é de que com a expansão do negócio, também eles possam participar no negócio criado pelo casal em Guaíra. Uma conexão de longo prazo se estabeleceu através da combinação de conexões entre agências de viagens e empreiteiras e se mantêm através de conexões e estratégias familiares. A queda nos salários, para os irmãos Nihei tem significado, ao invés de um desincentivo de suas estadas no Japão, um estímulo, uma reprogramação para capitalizar seu negócio no Brasil¹⁶.

Outro ponto importante é que a vida pessoal e profissional do indivíduo fica atrelada à dinâmica do mercado de trabalho dos dois países. Em muitos casos, uma análise superficial pode identificar o comportamento migratório como uma sucessão de decisões equivocadas

15 Urano, E. "Brazilian Migrants and Labour Flexibility: A Comparative Analysis of Japanese Subcontractor Companies", IREC - Industrial Relations in Europe Conference, 26-28 August, Utrecht University, The Netherlands, 2004.

16 Uma análise mais detalhada das estratégias e mudanças no comportamento das famílias em relação à migração pode ser encontrada em Urano, E. & Yamamoto, E., *The Social and Economic Support among Migrants and Families Left-Behind in Transnational Contexts*, Jean-Pierre Cassarino (Ed.), International Journal on Multicultural Societies, Vol.10, Issue2, UNESCO (forthcoming).

dos indivíduos, com sucessivas idas e vindas, abertura mal sucedida de negócios e alijamento do mercado de trabalho. O presente artigo focaliza esta problemática sob um prisma diferente: o que existe, na realidade, é uma forte influência sobre o indivíduo e famílias da instabilidade empregatícia em um mercado de trabalho com força para ligar espaços geograficamente distantes, o que gera uma condição social frágil, com conseqüências na esfera do trabalho, da família, no ciclo de vida do migrante ao longo dos anos. Nem sempre as estratégias individuais têm sido capazes de trabalhar com as pressões de ordem econômica, social e emocional geradas por esta condição, o que pode gerar conseqüências ao longo dos anos, também para a segunda geração gestada atualmente na comunidade brasileira no Japão. O fator causal maior precisa ser localizado nesta condição social de trabalhador temporário, privado de muitos componentes de sua condição social no país de origem, como o status social, o convívio social e familiar. Vejamos o caso do Sr. Asanuma, 55, que viveu um gradativo processo de desagregação familiar, enquanto ele e os membros da família se deslocavam dentro do mercado de trabalho japonês e brasileiro.

No caso de Asanuma, a busca por oportunidades no mercado de trabalho fez com que ele se distanciasse gradativamente do convívio familiar. Muitas vezes, torna-se difícil encontrar as melhores chances para todos os membros da família na mesma região, já que as chances de emprego possuem características regionais, o que acaba sendo um fator desagregador.

Para Asanuma, a ida ao Japão, em termos financeiros, foi boa. Mas “em termos de viver a vida, foi zero”. Não teve muito lazer, saía para ir ao mercado fazer compras. Um fato triste, pesado do ponto de vista emocional para ele, é que a família está separada. Isto ele enfatizou diversas vezes durante as entrevistas, tanto no Japão quanto no Brasil. A última vez em que encontrei Asanuma, em junho de 2004, ele estava vivendo com sua irmã e cunhado na região norte da cidade de São

Paulo, uma filha se casou e está vivendo no interior do estado. Sua mulher e duas filhas continuavam a viver em Aichi, Japão, trabalhando em fábricas de componentes eletrônicos e processamento de alimentos. Na época da entrevista, ele esperava pelos trâmites do INSS para conseguir a sua aposentadoria no Brasil.

Asanuma resumiu da seguinte maneira sua experiência no Japão: “Pelo lado financeiro compensa, mas acabou com a família. Estas idas e vindas acabam abalando a família. A maioria dos homens acaba se separando da mulher. As coisas acabam caminhando para a separação. Nós nunca conseguíamos arrumar emprego num lugar só. Apesar disso, acho que ir de dekasegui salva muita situação e tenho sorte de ser descendente e poder ir para lá. Quando eu fui, fui a zero do Brasil. Então, o Japão permitiu uma recuperação”.

Tendências no mercado de trabalho: agências de trabalho temporário, o Seguro Social

Em março de 2004, entrou em vigor a reforma da Lei que regula as agências de emprego temporário, que permitirá a atuação das mesmas no setor manufatureiro. A atividade das agências de empregos era vedada, até então, a ocupações como operários nas linhas de montagem nas fábricas. Assim, o nicho de atuação das agências de empregos se concentrava em 26 categorias de trabalhos temporários em escritórios, tradutores, enfermeiras e outros.

Para os formuladores da política de geração de empregos do Japão, este foi um passo no sentido de aumentar as ofertas de emprego através da desregulamentação da economia. Contudo, devemos atentar para o fato de que novos padrões de concorrência entre empreiteiras e agências de empregos podem levar a novos achatamento da renda dos trabalhadores, além de gerar uma flexibilização e instabilização do emprego ainda maior. Em um escopo mais amplo, o que se viu foi uma casualização extrema do mercado de trabalho, o que levou ao

surgimento de trabalhos extremamente instáveis como os *spot haken*, em que o indivíduo sobrevive a base de “bicos” em diferentes locais de trabalho, recebendo comunicados, por exemplo, em seu celular.

Ao mesmo tempo, anunciou-se, por parte dos órgãos fiscalizadores do trabalho, um maior rigor no controle e na exigência da inscrição dos trabalhadores estrangeiros empregados via *empreiteiras* no sistema de seguridade social¹⁷. O que ocorre é que, desregulamentações dessa magnitude e com conseqüências sísmicas muito fortes no mercado de trabalho, dificilmente podem ser contrabalanceadas através de diretrizes administrativas e orientações às empresas.

Em entrevistas realizadas em 2003 entre 2007 em *empreiteiras* da região de Aichi, o pesquisador pôde identificar algumas tendências significativas. As *empreiteiras* têm assumido diferentes estratégias para lidar com essas mudanças. Uma dessas *empreiteiras*, de grande porte, com sede em Aichi¹⁸, com mais de 3000 funcionários espalhados por diversas regiões do Japão, efetuou uma mudança de suas atividades para uma composição mista, em que atuará como *empreiteira* junto a alguns clientes, e como agência de emprego junto a outros, de acordo com as necessidades dos contratantes. Também há a incursão de potências do mercado de agências de emprego, com dezenas de milhares de empregados, concorrendo com as *empreiteiras* no mercado de *outsourcing* dirigido aos latino-americanos.

Em relação à inclusão dos trabalhadores no Seguro Social, tanto trabalhadores quanto *empreiteiras* têm estado bastante sensíveis à questão, pela implicação que isto possui nos lucros, custos e salários. Os custos de inscrição, as contribuições, são arcadas meio a meio por

17 Miyakawa, A. “Kaisei-ho Shiko Go Wa, Shido, Kantoku wo Kyoka” (After the enforcement of the revised law, intensification of orientation and supervision - Interview), *Jinzai Business*, v.210, Tokyo, January 1st, 2004

18 Urano, E.I. *The Relationships between Subcontractors and Brazilian Migrants in Japan*, *Journal of Labor Sociology*, Tokyo: Japanese Association of Labor Sociology, 2004(em japonês).

ウラノ・エジソン・ヨシアキ、「アウトソーシング市場の再編と在日ブラジル人労働者の移住過程」、『労働法律旬報』2006年11月上旬号。

trabalhadores e empregadores. Um dos fatores diferenciais que compõe os custos de alocação da força de trabalho brasileira é o fato de que a maioria das empreiteiras não inscreve seus empregados no Seguro Social japonês, que é composto pelo Seguro Saúde(*Kenko Hoken*) e a aposentadoria(*Kosei Nenkin*). Para os trabalhadores que pretendem se fixar no Japão, esta inscrição é um importante fator para que se atinja uma condição mínima de cidadania para permanecer no país. Contudo, para os que tendem a estar por um curto período, as perdas decorrentes dessa inscrição são consideráveis, já que, mesmo podendo usufruir do seguro saúde, não poderão usufruir plenamente da contribuição referente à aposentadoria. Aos estrangeiros, existe o dispositivo do Reembolso por desligamento (*Dattai Ichijikin*). O problema é que o formato atual, em que os migrantes só conseguem resgatar até 3 anos de contribuição após o retorno ao país de origem, não atende satisfatoriamente as necessidades destes trabalhadores, constituindo um desestímulo a sua inscrição neste sistema.

Podem-se enumerar basicamente quatro componentes que dificultam a entrada dos trabalhadores no seguro social:

- a) A tendência das empresas de evitar os encargos do seguro social, que são arcados por ambas as partes, trabalhadores e empregadores
- b) A tendência os próprios trabalhadores de evitar os encargos do seguro social, principalmente porque não há, na maioria das vezes, a perspectiva de retorno deste benefício em forma de aposentadoria, devido à insuficiência do tempo de contribuição
- c) A exclusão dos trabalhadores não-regulares, onde se incluem também os brasileiros, dos grandes *enterprise unions* japoneses, que constituem o pilar do movimento sindical japonês e conseqüente falta de poder de barganha.
- d) A pouca atratividade do sistema previdenciário nos moldes de hoje, pois ela não pode abarcar as necessidades de migrantes em contextos transnacionais.

A recente crise econômica mundial tem tomado proporções alarmantes, com desaceleração da atividade econômica e aumento das demissões em massa. Em 2009, no caso do mercado de trabalho japonês, soma-se mais um fator agravante. A reforma da lei de agenciamento de trabalhadores (*Rodosha Haken Ho*) prevê a efetivação dos trabalhadores temporários pelo sistema de haken depois de três anos. O problema que se coloca é como esta cláusula funcionará na prática, a despeito da teoria e das orientações dos órgãos competentes¹⁹, em uma situação de crise e desregulamentação crescente do mercado de trabalho. O remédio poderá ter gosto de veneno, com o mercado de trabalho já desorganizado pela reforma de 2004.

Algumas propostas

Com base nas questões colocadas até agora neste artigo, podemos considerar algumas fronteiras e propostas no âmbito das políticas sociais para os próximos anos:

1. Reconhecimento oficial e claro dos brasileiros como imigrantes no Japão, para se tirar uma população de quase 320 000 cidadãos de uma situação de ambigüidade na sociedade, o que acaba por dificultar a geração de um círculo virtuoso para a aquisição de direitos básicos e benefício de políticas nacionais.
2. A filiação dos brasileiros aos sindicatos, hoje em um percentual muito baixo, mas que possui um grande potencial. Existe a necessidade de se contrabalancear o mundo do trabalho dos brasileiros, que está dominado pela lógica da produtividade extrema, sem contrapartidas em termos de direitos e condições de trabalho. Já há casos concretos de pequenos sindicatos de

19 厚生労働省職業安定局『いわゆる「2009年問題」への対応について』2008年。

minorias, os *community unions*, que sindicalizam trabalhadores latino-americanos em províncias como Aichi, Kanagawa²⁰ e Mie.

3. As transformações estruturais no mercado de trabalho, que tem resultado em taxas de sindicalização declinantes ao longo dos anos, têm levado também as maiores centrais sindicais japonesas, como a Rengo, através de seu Centro para Trabalhadores Não-regulares (*Hiseiki Center*), e a Zenroren(principalmente através da JMIU²¹), a esboçar a sindicalização também dos estrangeiros, fato que tem ocorrido, porém, ainda de uma maneira tímida.
4. Cooperação entre centrais sindicais de ambos os países, com participação de organismos como a OIT para a implementação de dispositivos de proteção aos trabalhadores em contextos transnacionais.
5. Reforçar o importante papel exercido por ONGs como a Sabja²², ABRAH²³ e outras. A necessidade de conectá-las em redes, em cooperação com órgãos governamentais, entre as próprias ONGs, centrais sindicais, tanto no Brasil como no Japão.
6. Ação de instituições internacionais, como a IOM, na regulação do processo migratório, como já acontece no caso, por exemplo, da migração de colombianos para a Espanha²⁴.
7. O avanço nos acordos bilaterais, já que o Japão também tem ampliado o leque das negociações nesse sentido, inclusive com países como a Austrália, Holanda e República Tcheca.

20 Sobre este assunto, ver Urano, E.&Stewart,P. Urano,E.&Paul Stewart, *Including the Excluded Workers? The Challenges of Japan's Kanagawa City Union*, Working USA : The Journal of Labor and Society, March, Vol. 10, No.1.,2007.

21 All Japan Metal and Information Machinery Workers' Union

22 Serviço de Assistência aos Brasileiros no Japão.

23 Associação Brasileira de Hamamatsu.

24 Ver <http://www.iom.int/jahia/Jahia/cache/offonce/pid/448>

Considerações finais

Os brasileiros, assim como outros trabalhadores não-regulares, estão alocados, muitas vezes, na periferia do sistema de produção, na forma de mão-de-obra terceirizada. Ou seja, estão encravados no sistema produtivo e para que a situação atual mude, somente um comprometimento do sistema como um todo, incluindo as grandes empresas e sindicatos, poderá fazer com que direitos básicos como férias remuneradas, o direito ao controle das horas extras pelo trabalhador e aviso prévio sejam respeitados. Só há o equilíbrio das condições de trabalho e nas relações trabalhistas quando empresas, trabalhadores e sindicatos formam um tripé, com cada parte mantendo sua identidade. A maneira como as relações trabalhistas estão formatas hoje, com sindicatos muito próximos às posições das empresas, tem tornado insustentável o equilíbrio deste tripé, sem contar que se trata de um modelo excludente em que a grande maioria dos trabalhadores não-regulares não é incluída.

Em relação à seguridade social, a extensão do sistema de Reembolso por Desligamento do Seguro Social para um maior número de anos pode ser uma solução paliativa para que o pagamento do Seguro Social japonês se torne uma atitude racionalmente atraente para os trabalhadores temporários brasileiros. Outra saída seria a de encontrar alguma forma de equalização, equivalência entre os sistemas previdenciários brasileiro e japonês, através de acordos bilaterais. Felizmente, as negociações nesse sentido parecem ter atingido um patamar que permitirá a concretização do acordo bilateral em um futuro próximo, talvez em 2010²⁵. Em um momento em que os sistemas previdenciários de ambos países passam por dificuldades na equalização das suas próprias contas, pode parecer detalhismo ou

25 「社会保障協定 - ブラジル・インドと交渉」、日本経済新聞、2008年11月21日。

Acordo de previdência deve sair em 2010, *International Press*, Edição 895, 15 a 21 de novembro de 2008.

um problema menor a solução envolvendo migrantes em situações específicas. Um ponto importante está relacionado à construção da cidadania no mundo globalizado. Como foi apontado ao longo do texto, pensar a questão do migrante somente a partir do dilema do migrante “não sei se fico ou se volto para casa”, não basta para dar conta das questões sociais que a condição migrante suscita. A compreensão da dinâmica pendular e recorrente do migrante, conseqüência de atrações e repulsões estruturais que transcendem a esfera do indivíduo, embora nela estejam espelhadas, é também uma tarefa da qual não podemos nos esquivar, tanto a nível local, como nacional e global. A validade da identificação e análise dos espaços sociais transnacionais não se limita, a meu ver, em sua dimensão teórica. O fato que melhor justifica este percurso é que a vida dos migrantes está constituída de uma forma transnacional, sendo que isso exige de pesquisadores, governos locais e nacionais, a desconstrução e reconstrução de seus instrumentos de investigação e política social, de forma a garantir uma nova cidadania aos indivíduos que vivem no fio da navalha entre países tão distantes, dentro do mundo globalizado.

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha gratidão por todos os entrevistados, que me proporcionaram parte de seu precioso tempo, muitas vezes em fins de semana, depois de duras jornadas de trabalho, para a concretização deste artigo. Também quero registrar aqui meus agradecimentos à organização do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizada em setembro de 2004 na Universidade de Coimbra, Portugal, que foi o ponto de partida deste texto, além de permitir o aprendizado através dos debates realizados. Agradeço também ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e à Fundação Alexandre Gusmão, pela oportunidade que me foi concedida de participar da Conferência “Brasileiros no Mundo”, realizada em julho de 2008, no Rio

de Janeiro, um acontecimento significativo para os cidadãos brasileiros que vivem no exterior, e que muito contribuiu para este artigo através das discussões ali geradas. Finalmente, gostaria de agradecer ao departamento de Estudos Luso-brasileiros da Universidade Sofia pelo apoio e compreensão, sem os quais tal participação não teria sido possível.